



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**28/03/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	3
1.3. JUÍZES.....	4
1.4. ORÇAMENTO.....	5 - 6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUÍZES.....	7 - 8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	9
3.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	10
3.3. COMARCAS.....	11
3.4. DECISÕES.....	12
4. JORNAL EXTRA	
4.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	13
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	14
5.2. VARAS CRIMINAIS.....	15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	16 - 17
6.2. JUÍZES.....	18
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	19
7.2. JUÍZES.....	20
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	21
8.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	22
8.3. COMARCAS.....	23 - 24
8.4. DECISÕES.....	25 - 28
8.5. EVENTOS.....	29
8.6. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	30
8.7. JUÍZES.....	31 - 32
8.8. ORÇAMENTO.....	33
8.9. PUBLICIDADE LEGAL.....	34
8.10. VARAS CRIMINAIS.....	35

Pág. 9

## TJMA recebe imóvel do governo para sediar Casa da Criança



# TJMA recebe imóvel do governo para sediar Casa da Criança



Apresidente do JMA, desembargadora Cleonice Freire, a secretária da Sedihc, Luíza Oliveira, a presidente da Funac, Anailde Serra, assinam o termo de cessão do imóvel

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), a cessão de um imóvel de propriedade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) em São Luís, onde o Poder Judiciário deverá instalar projetos sociais na área da infância e juventude.

No imóvel, situado na Rua Inácio Xavier de Carvalho, no bairro do São Francisco, vão funcionar as atividades desenvolvidas pela "Fundação da Cidadania e Justiça" e "Casa da Criança", instituições sociais vinculadas à Vara da Infância e Juventude, que desenvolvem políticas públicas em benefício de crianças e adolescentes sob custódia da Justiça estadual.

**TERMO** - Assinaram um termo de cessão de uso do imóvel a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a secretária da Sedihc, Luíza Oliveira; a presidente da Funac, Anailde Serra, tendo como testemunhas os juizes auxiliares da presidência do TJMA, Nêlo Ribeiro e Ribamar Castro.

"Realizamos essa parceria, com o apoio e a sensibilidade

do Governo do Estado, e vamos buscar outros parceiros para garantir a reforma e adaptação do imóvel aos projetos", informou a desembargadora.

As ações entre o TJMA e a Sedihc poderão ser estendidas, futuramente, com vistas à realização de oficinas profissionalizantes para os beneficiários dessa parceria.

"O Tribunal de Justiça nos apresentou um projeto de realização de oficinas profissionalizantes na área de reinserção socioeconômica de adolescentes vulneráveis e estamos atuando como colaboradores para que esse sonho da desembargadora Cleonice Freire aconteça", disse a secretária estadual.

O Tribunal de Justiça também dará apoio à Sedihc no projeto de reestruturação do sistema de atendimento integral na área da infância e juventude, com o objetivo de reunir, em um só local, as instituições parceiras de Justiça e segurança que atuam conjuntamente na reinserção socioeconômica e valorização de crianças e adolescentes.

## Sejap realizará Curso Avançado de Gestão Prisional

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), através da Escola de Gestão Penitenciária (Egesp), realizará o Curso Avançado de Gestão Prisional aos servidores da instituição. As aulas acontecerão entre os dias 7 de abril e 5 de junho, durante a noite, na sede da Egesp.

O objetivo do curso é o aperfeiçoamento e reciclagem do servidor penitenciário quanto às rotinas administrativas e carcerárias do sistema prisional. Além disso, é uma maneira de dar mais qualificação e novas informações sobre o setor a quem lida diretamente com ele.

De acordo com Maria Idel, diretora da Egesp, a procura pelo curso tem sido alta e os servidores demonstram bastante interesse nas questões de capacitação "O curso seria apenas para 50 servidores, porém a procura foi grande e já estamos com 100 inscrições fei-

tas. A ideia agora é dividir em duas turmas para que todos possam participar", explicou. As inscrições estão sendo feitas pelo site da Sejap, em link na área de serviços e todos os alunos ganharão certificados pela escola de gestão que é devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Entre as disciplinas que farão parte da grade curricular do curso estão: Gerenciamento de Crise, Gestão de Material e Recursos Humanos, Lei de Execução Penal, Rotinas Prisionais, Criminologia Aplicada, entre outros. O delegado André Grossain e o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais da capital, Roberto de Paula, além de profissionais da área jurídica, doutores e mestres do sistema prisional maranhense serão responsáveis por ministrar as disciplinas aos servidores.

Para o secretário de Estado da Justiça e da Administração Peniten-

ciária, Sebastião Uchôa é o momento é de garantir ao servidor uma arma eficaz na luta para a melhoria do sistema prisional. "Todo mundo sai ganhando. Ganha o sistema prisional do estado, com profissionais qualificados, e ganham os profissionais que adquirem ainda mais conhecimento.", frisou.

### Outros cursos

Em parceria com o Corpo de Bombeiros do Maranhão, a Escola de Gestão iniciará em 22 de abril um curso de capacitação para composição de uma Brigada de Incêndio na secretaria.

Segundo a diretora da escola, o curso visa instruir os servidores para que saibam como agir e

utilizar os equipamentos em casos de emergência nas unidades e demais ambientes. O curso terá duração de uma semana e será realizada pelo tenente Patrício, do Corpo de Bombeiros.

Um curso voltado para os agentes que fazem parte do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop) também já tem data marcada para iniciar. Sob comando de instrutores experientes do Grupo de Intervenção Tática (GIT) do Sistema Prisional do Rio de Janeiro, o curso terá início dia 23 de abril e visa trazer aos agentes novas técnicas e atualizações pertinentes à rotina carcerária.

## Justiça afasta prefeito em Humberto de Campos pelo prazo de 90 dias

O juiz Lúcio Paulo Fernandes Duarte, titular de Humberto de Campos, deferiu decisão cautelar na qual determina o afastamento imediato do prefeito Raimundo Nonato dos Santos, pelo prazo de 90 dias. De acordo com a decisão, o afastamento deu-se por causa de irregularidades no contrato realizado entre Prefeitura Municipal e a empresa Marf Locações e Urbanismo, para a construção de duas praças. Os recursos para a construção das praças são oriundos do Governo do Estado e da própria prefeitura.

De acordo com o pedido feito pelo Ministério Público, o processo licitatório para a escolha da empresa está cheio de ilegalidades. "Apenas uma consulta simples já dar pra notar o prejuízo ao dinheiro público. Em outro momento, analisando o procedimento administrativo, que mais tarde virou inquérito, dá pra perceber a previsão de gastos inexistentes no custo da obra", relata o documento.

"Não bastasse isso, a empresa em questão encontra-se cercada em

um escândalo que, no mínimo, recomenda-se cautela das instâncias de controle e fiscalização, bem como do Judiciário, como forma de proteger o interesse público contra "dano irremediável à sua integridade", ressalta o pedido do MP decisão. Ainda de acordo com o MP, "a contratação da citada empresa foi fruto de uma fraude grosseira e acintosa ao processo de licitação, sendo completamente indevida", solicitando a imediata suspensão das obras.

Ao deferir o pedido feito pelo Ministério Público, o magistrado determinou a imediata suspensão da construção das duas praças municipais (Praça Humberto de Campos e Praça do Bairro Base), bem como quaisquer pagamentos referentes a essas obras até o final da futura ação civil, que deverá ser proposta no prazo legal. As instituições bancárias serão oficiadas no sentido de proibir qualquer transação financeira por parte de Raimundo Nonato dos Santos, relacionadas às contas públicas.

Pág. 8

## **TJMA decide que Executivo não pode interferir em proposta orçamentária do Judiciário**



## TJMA decide que Executivo não pode interferir em proposta orçamentária do Judiciário



Bayma Araújo afirmou que não é permitido ao Poder Executivo reduzir valor consubstanciado em proposta orçamentária dos demais poderes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu, em definitivo, nesta quarta-feira (26), mandado de segurança em favor da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), para reconhecer que a competência para alterar proposta de orçamento do Judiciário estadual é do Poder Legislativo.

A decisão unânime, tomada em sessão do Ór-

gão Especial do TJMA, confirmou liminar anteriormente concedida pelo desembargador Bayma Araújo, determinando que a governadora Roseana Sarney encaminhasse mensagem à Assembleia Legislativa com a proposta orçamentária original (valores integrais) do Poder Judiciário, exercício financeiro de 2014.

A AMMA ajuizou o mandado de segurança pelo fato de, inicialmente, a governadora ter enviado ao Legislativo o projeto de lei orçamentária com valores inferiores aos apresentados pelo Judiciário. Sustentou que, encaminhada ao Executivo, a proposta foi alterada, reduzindo-se os valores indispensáveis para despesas de

custeio.

Além disso, segundo a Associação, a governadora alterou a estimativa dos valores arrecadados pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), fazendo também remanejamento de suas despesas. A AMMA considerou o ato uma afronta à autonomia administrativa e financeira do Tribunal e que, ao Executivo, cabia apenas a remessa da proposta orçamentária ao Legislativo.

Ao conceder a liminar, o desembargador Bayma Araújo entendeu não ser permitido ao Poder Executivo reduzir valor consubstanciado em proposta orçamentária dos demais poderes, mas sim ao Poder Legislativo, exceto em caso de não observância do Judiciário quanto aos limites estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias.

## **HUMBERTO DE CAMPOS**

Prefeito é afastado do cargo pelo MP por fraude em licitação

Ontem, 27, o Poder Judiciário afastou liminarmente, por 90 dias, o prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, por fraudar licitações para construção de duas praças. Ele também está impedido de entrar na Prefeitura e convocar a presença de funcionários públicos municipais, sob qualquer circunstância, pelo mesmo prazo.

A decisão é resultado de Ação Cautelar ajuizada, em 12 de março, pelo promotor de justiça Carlos Augusto Soares. O representante do Ministério Público do Maranhão acionou o ex-gestor e a empresa Marf Locação e Urbanismo Ltda, com base nos contratos firmados para construção das praças - Humberto de Campos e Base -, com recursos oriundos de convênios com o governo estadual.

Com o afastamento de Raimundo Nonato dos Santos, a Câmara Municipal tem 24 horas para empossar o vice-prefeito, Augusto Cesar Fonseca Filho. Todas as instituições bancárias oficiais, com as quais o Município mantém convênio, serão notificadas a fim de bloquear qualquer transação financeira por parte do prefeito afastado.

O juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares suspendeu, ainda, a execução das praças, bem como quaisquer pagamentos referentes a estas obras, até o final da futura Ação Civil Pública, que deve ser interposta pelo MPMA.

Ao investigar os processos de licitação, foi detectado que não constam no edital as condições de recebimento do objeto licitado; as condições de pagamento dos serviços executados, conforme exigido pela Lei 8.666/93; e tampouco o projeto básico, que deveria ser anexado ao edital. Além disso, o MPMA constatou que o endereço da construtora, no município de Raposa, é fictício. No local, onde deveria funcionar a sede da empresa, existe uma residência particular.

Na avaliação do promotor

de justiça, essas irregularidades, mais que meras formalidades, indicam a falta de zelo e de rigor na contratação da empresa, além de demonstrar a falta de cuidado com o produto final do referido contrato. "O objeto do contrato deve, obrigatoriamente, atender ao interesse público. Se não há sequer cláusula estabelecendo as condições de recebimento da obra, que garantia a sociedade tem do cumprimento dessas finalidades?", questiona Carlos Augusto Soares.

No material analisado pelo MPMA, não foram encontrados os documentos que comprovam a inscrição da Marf Locação e Urbanismo Ltda no cadastro de contribuintes do Estado do Maranhão, em desconformidade com a Lei de Licitações. Também foi identificado que a vencedora do certame apresentou o certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com data fora do prazo legal.

Mesmo com essas irregularidades, o Município de Humberto de Campos homologou o contrato com a Marf Locação e Urbanismo Ltda, reprovando a empresa Mega Empreendimentos Ltda, sob a justificativa que esta não teria apresentado o contrato social. Porém, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, que avaliou os documentos, identificou o contrato da construtora inabilitada.

**OBRAS** - Para o membro do MPMA, a construtora vencedora da licitação funciona apenas como fachada, desviando o dinheiro público. Carlos Augusto Soares inspecionou a obra e notificou os trabalhadores. Nos depoimentos, os pedreiros informaram que o material utilizado na construção é fornecido pelo encarregado de obras do Município de Humberto de Campos e não há a presença de qualquer empresa na execução do serviço. Eles testemunharam que foram contratados por outro funcionário da Prefeitura.

### **PREFEITO É AFASTADO**

Nesta quinta-feira, 27, o Poder Judiciário afastou liminarmente, por 90 dias, o prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, por fraudar licitações para construção de duas praças. Ele também está impedido de entrar na Prefeitura e convocar a presença de funcionários públicos municipais, sob qualquer circunstância, pelo mesmo prazo.

### **VICE DEVERÁ ASSUMIR**

Com o afastamento de Raimundo Nonato dos Santos, a Câmara Municipal tem 24 horas para empossar o vice-prefeito, Augusto Cesar Fonseca Filho. Todas as instituições bancárias oficiais, com as quais o Município mantém convênio, serão notificadas a fim de bloquear qualquer transação financeira por parte do prefeito afastado.

# TJMA recebe imóvel do governo para sediar a Casa da Criança

Imóvel fica situado na Rua Inácio Xavier, no bairro São Francisco

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), a cessão de um imóvel de propriedade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), em São Luís, onde o Poder Judiciário deverá instalar projetos sociais na área da infância e juventude.

No imóvel, situado na Rua Inácio Xavier de Carvalho, no São Francisco, vão funcionar as atividades desenvolvidas pela Fundação da Cidadania e Justiça e Casa da Criança, instituições sociais vinculadas à Vara da Infância e Juventude, que desenvolvem políticas públicas em benefício de crianças e adolescentes sob custódia da Justiça estadual.

**Termo** - Assinaram um termo de cessão de uso do imóvel a presidente do TJMA, desembargadora



Presidente do TJ, Cleonice Freire (e), assina termo, com a titular da Sedihc, Luíza Oliveira, e a presidente da Funac, Anailde Serra

ra Cleonice Freire; a secretária da Sedihc, Luíza Oliveira; a presidente da Funac, Anailde Serra, tendo como testemunhas os juízes auxiliares da presidência do TJMA, Nilo Ribeiro e Ribamar Castro. "Realizamos essa parceria, com o apoio e a sensibilidade do Governo do Estado, e vamos buscar outros parceiros para garantir a reforma e adaptação do imóvel aos projetos", informou a desembargadora.

As ações entre o TJMA e a Sedihc poderão ser estendidas, futuramente, com vistas à realização de oficinas profissionalizantes para os beneficiários dessa parceria. "O Tribunal de Justiça nos apresentou um projeto de realização de oficinas profissionalizantes na área de reinserção socioeconômica de adolescentes vulneráveis e estamos atuando como colaboradores para que esse sonho da desembargadora

Cleonice Freire aconteça", disse a secretária estadual.

O Tribunal de Justiça também dará apoio à Sedihc no projeto de reestruturação do sistema de atendimento integral na área da infância e juventude, com o objetivo de reunir, em um só local, as instituições parceiras de Justiça e segurança que atuam conjuntamente na reinserção socioeconômica e valorização de crianças e adolescentes.

## Casamento

**ROSÁRIO** - Uma cerimônia que acontecerá no próximo dia 1º de abril, às 10h, no Ginásio Poliesportivo, reunirá 90 pares em um casamento comunitário promovido pela 2ª Vara da Comarca de Rosário. Presidido pela juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim e atualmente respondendo por Rosário, o evento conta com a parceria da

prefeitura e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Entre os nubentes, José Aquino dos Reis (78) e Joana Baltazar dos Santos (75), o casal mais velho, e Antonio Carlos Pereira Mendes e Aline Priscila Silva Botentuit, ambos com 19 anos, o casal mais jovem. Instituído pelo Poder Judiciário do Maranhão desde 1999, o *Projeto Casamento Comunitário* visa oficializar a união de casais sem ônus para os nubentes.

## Sem conversa

### **OLINDA NOVA DO MARANHÃO -**

Sem acesso à internet e sem telefone desde a noite de terça-feira (25), a Comarca de Olinda Nova do Maranhão, na região da Baixada Maranhense, encontra-se com o atendimento prejudicado devido à falta de comunicação. A informação foi passada à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) via celular pela titular da comarca, juíza Anelise

Nogueira Reginato. De acordo com a magistrada, em função dos problemas, a consulta de processos está sendo feita manualmente, o que demanda muito tempo. A magistrada informa ainda que a operadora Oi disse que a previsão para o restabelecimento dos serviços seria de 48 horas. A 250 km de São Luís, Olinda Nova do Maranhão é comarca de entrância inicial, de Vara Única.

**Estado Maior****Coluna publica  
resposta de  
Flávio Dino  
Política 3****Direito de resposta**

**P**or determinação do juiz Clésio Coelho Cunha, que responde pela 4ª Vara Cível, **O Estado** publica o seguinte direito de resposta:

*A bem da verdade e em respeito aos milhões de maranhenses que esperam por eleições limpas, com o debate de propostas e o fim das mentiras na tentativa de macular imagem de homens públicos, venho a este espaço informar que:*

*1 - Conforme consta de certidão emitida pelo Instituto Brasileiro de Turismo, não houve qualquer pagamento de passagens ou hospedagens em meu nome para a cidade de Teresina - PI.*

*2 - A acusação feita por esse jornal contra mim, portanto, é falsa e constitui crimes de calúnia e difamação.*

*3 - Reitero ainda a defesa de Princípios Constitucionais que devem ser zelados por todos os funcionários públicos do Brasil. É neles que baseio a atuação em todas as funções que ocupei nos três Poderes da República.*

*Flávio Dino*

## Ronierd Barros e Algas Engenharia anunciam parceria

Para quem está em busca de um empreendimento, para morar ou investir, vale a pena esperar! Em poucos dias a Ronierd Barros Consultoria Imobiliária, em parceria com a Algas Engenharia, anuncia um novo empreendimento na capital, que promete ter um grande diferencial no mercado imobiliário. A empresa antecipa apenas que o empreendimento será no bairro do Turu. Fundada na década de 70, genuinamente maranhense, a Algas Engenharia é uma das mais conceituadas construtoras do Maranhão, trazendo no portfólio construções de supermercados, edifícios, residências, além do Ginásio Poliesportivo Castelinho e o Fórum Desembargador Sarney Costa.

## Doação



A secretária de Estado Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira assinou, nesta quinta-feira (27), o Termo de Cessão de um imóvel de propriedade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), órgão vinculado à Sedihc, para o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). No espaço, o Poder Judiciário vai instalar projetos sociais na área da infância e juventude.

## Imóvel

Localizado na Rua Inácio Xavier de Carvalho, no bairro do São Francisco, o imóvel servirá para o desenvolvimento das atividades da "Fundação da Cidadania e Justiça" e "Casa da Criança", instituições sociais vinculadas à Vara da Infância e Juventude, que desenvolvem políticas públicas em benefício de crianças e adolescentes sob custódia da Justiça estadual. "Além de poder ocupar e revitalizar o prédio da Funac com ações que ajudam na execução das políticas de direitos humanos e assistência social, o Tribunal de Justiça nos apresentou um projeto de realização de oficinas profissionalizantes na área de reinserção socioeconômica de adolescentes vulneráveis e a Sedihc não poderia deixar de atuar como colaborador", afirmou a secretária Luiza Oliveira.

## Ações

As ações entre o TJMA e a Sedihc poderão ser estendidas, futuramente, com vistas à realização de oficinas profissionalizantes para os beneficiários dessa parceria. O Tribunal de Justiça também dará apoio à Sedihc no projeto de reestruturação do sistema de atendimento integral na área da infância e juventude, com o objetivo de reunir, em um só local, as instituições parceiras de Justiça e segurança que atuam conjuntamente na reinserção socioeconômica e valorização de crianças e adolescentes.

## • CONDENADO



### **Chagas é condenado a mais 108 anos de reclusão**

108 anos e 6 meses de reclusão. Esta foi a sentença aplicada ao mecânico de bicicletas Francisco das Chagas Brito pela morte de Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 11 anos; Eduardo Rocha da Silva, 10; e Edivam Pinto Lobato, 12. Os dois primeiros foram assassinados em um matagal na Vila Nova Jerusalém e o terceiro teve o corpo encontrado em uma construção nas proximidades da Vila São José, Município de Paço do Lumiar (MA). Essa é a 11ª condenação de Chagas e o somatório das penas chega a 385 anos e 6 meses de reclusão.

## • JULGAMENTO

O julgamento aconteceu no salão do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), que fica localizado Bairro Maiobão. Após longo dia de trabalhos, presididos pela juíza da 1ª Vara de Paço do Lumiar, Jaqueline Reis Caracas, os jurados acataram a tese do Ministério Público de que o réu teria cometido homicídio triplamente qualificado: motivo torpe, emprego de meio cruel e não possibilidade de defesa das vítimas. Chagas também foi condenado pelo crime vilipêndio (desrespeito) a cadáver, tendo pena de detenção de 6 anos e 9 meses no somatório dos três casos.

## • TESE REJEITADA

O Conselho rejeitou a tese da defesa que, em relação à vítima Edivam, pedia a absolvição do crime de atentado violento ao pudor. Quanto ao Eduardo Silva e ao Raimundo Nonato, a defesa alegou não ter havido a prática de atentado violento ao pudor, vilipêndio de cadáver e nem a ocultação de cadáver, pedindo também a exclusão da qualificadora de que os crimes teriam sido praticados por motivo torpe.

## Construtora

Fundada na década de 1970, genuinamente maranhense, a Algas Engenharia tem no portfólio construções de supermercados, edifícios, residências, além do Ginásio Poliesportivo Castelinho e o Fórum Desembargador Sarney Costa.

## **Parceria imobiliária**

A Ronierd Barros Consultoria Imobiliária, em parceria com a Algas Engenharia, anuncia nos próximos dias o lançamento de um condomínio, que promete ter um grande diferencial no mercado imobiliário. A empresa antecipa apenas que o empreendimento será no bairro do Turu. Fundada na década de 70, genuinamente maranhense, a Algas Engenharia é uma das mais conceituadas construtoras do Maranhão, trazendo no portfólio construções de supermercados, edifícios, residências, além do Ginásio Poliesportivo Castelinho e o Fórum Desembargador Sarney Costa.

## IMPERATRIZ

# Motorista mata o primo a tiros

A polícia prendeu o motorista Reis Falcão Costa Troczynski, 30 anos, acusado de ter assassinado o próprio primo, o agente de comércio Flávio Costa da Silva, de 28 anos.

Flávio foi baleado com três tiros no dia 11 de março, na Rua A, Vila Ipiranga, e morreu no Socorrão. Ele foi atingido nos braços e no abdômen. Reis Falcão Costa chegou a se apresentar à polícia espontaneamente e prestou depoimento

ao delegado Jefferson Serra, do 5º Distrito Policial, localizado na Vila Lobão, ocasião em que confessou o crime e até entregou a arma usada, um revólver calibre 38. Ele estava acompanhando do seu advogado.

Na ocasião, foi ouvido e liberado, por já estar fora do flagrante delito. Entretanto, foi indiciado por homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, já que ele baleou o primo mortalmente por um saco de

cimento, e teve a prisão preventiva solicitada e decretada pelo então juiz titular da 2ª Vara Criminal, Armindo Reis.

Reis Falcão se encontrava na cidade de Rondon do Pará. Ao tomar conhecimento da prisão preventiva, retornou a Imperatriz e, novamente com o seu advogado, apresentou-se ao delegado Jefferson Serra na delegacia do 5º DP, onde recebeu voz de prisão pela autoridade policial, que cumpriu o mandado em seu desfavor.

Reis Falcão se encontra à disposição da Justiça em uma das celas da Delegacia Regional de Imperatriz.



**Reis Falcão foi preso na cidade de Rondon, no estado do Pará**

# Sedihc doa imóvel para projetos sociais do Tribunal de Justiça

A secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira, assinou, nessa quinta-feira (27), o Termo de Cessão de um imóvel de propriedade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), órgão vinculado à Sedihc, para o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). No espaço, o Poder Judiciário vai instalar projetos sociais na área da infância e juventude.

Localizado na Rua Inácio Xavier de Carvalho, no bairro do São Francisco, o imóvel servirá para o desenvolvimento das atividades da “Fundação da Cidadania e Justiça” e “Casa da Criança”, instituições sociais vinculadas à Vara da Infância e Juventude, que desenvolvem políticas públicas em benefício de crianças e adolescentes sob custódia da Justiça estadual.

“Além de poder ocupar e revitalizar o prédio da Funac com ações que ajudam na execução das políticas de direitos humanos e assistência social, o Tribunal de Justiça nos apresentou um projeto de realização de oficinas profissionalizantes na área de reinserção socioeconômica de adolescentes vulneráveis e a Sedihc não poderia deixar de atuar como colaborador”, afirmou a secretária Luiza Oliveira.

Assinaram o termo de cessão de uso do imóvel a secretária da Sedihc, Luiza Oliveira; a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a presidente da Funac, Anailde Serra, tendo como testemunhas os juízes auxiliares da presidência do TJMA, Nilo Ribeiro e Ribamar



**A secretária da Sedihc, Luiza Oliveira (ao centro), a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e a presidente da Funac, Anailde Serra, assinam o termo de cessão do imóvel**

Castro. “Realizamos essa parceria, com o apoio e a sensibilidade do Governo do Estado, e vamos buscar outros parceiros para garantir a reforma e adaptação do imóvel aos projetos”, informou a desembargadora Cleonice Freire.

As ações entre o TJMA e a Sedihc poderão ser estendidas, futuramente, com vistas à realização de oficinas profissionalizantes para os beneficiários dessa parceria. O Tribunal de Justiça também dará apoio à Sedihc no projeto de reestruturação do sistema de atendimento integral na área da infância e juventude, com o objetivo de reunir, em um só local, as instituições parceiras de Justiça e segurança que atuam conjuntamente na reinserção socioeconômica e valorização de crianças e adolescentes.

# Prefeito é afastado do cargo por fraude em licitação

Humberto de Campos - Nessa quinta-feira, 27, o Poder Judiciário afastou liminarmente, por 90 dias, o prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, por fraudar licitações para construção de duas praças. Ele também está impedido de entrar na Prefeitura e convocar a presença de funcionários públicos municipais, sob qualquer circunstância, pelo mesmo prazo.

A decisão é resultado de Ação Cautelar ajuizada, em 12 de março, pelo promotor de justiça Carlos Augusto Soares. O representante do Ministério Público do Maranhão acionou o ex-gestor e a empresa Marf Locação e Urbanismo Ltda., com base nos contratos firmados para construção das praças - Humberto de Campos e Base -, com recursos oriundos de convênios com o governo estadual.

Com o afastamento de Raimundo Nonato dos Santos, a Câmara Municipal tem 24 horas para empossar o vice-pre-

feito, Augusto Cesar Fonseca Filho. Todas as instituições bancárias oficiais, com as quais o Município mantém convênio, serão notificadas a fim de bloquear qualquer transação financeira por parte do prefeito afastado.

O juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares suspendeu, ainda, a execução das praças, bem como quaisquer pagamentos referentes a estas obras, até o final da futura Ação Civil Pública, que deve ser interposta pelo MPMA.

Ao investigar os processos de licitação, foi detectado que não constam no edital as condições de recebimento do objeto licitado; as condições de pagamento dos serviços executados, conforme exigido pela Lei 8.666/93; e tampouco o projeto básico, que deveria ser anexado ao edital. Além disso, o MPMA constatou que o endereço da construtora, no município de Raposa, é fictício. No local, onde deveria funcionar a sede da empresa, existe uma residência particular.

Na avaliação do promotor de justiça, essas irregularidades, mais que meras formalidades, indicam a falta de zelo e de rigor na contratação da empresa, além de demonstrar a falta de cuidado com o produto final do referido contrato. "O objeto do contrato deve, obrigatoriamente, atender ao interesse público. Se não há sequer cláusula estabelecendo as condições de recebimento da obra, que garantia a sociedade tem do cumprimento dessas finalidades?", questiona Carlos Augusto Soares.

No material analisado pelo MPMA, não foram encontrados os documentos que comprovam a inscrição da Marf Locação e Urbanismo Ltda. no cadastro de contribuintes do Estado do Maranhão, em desconformidade com a Lei de Licitações. Também foi identificado que a vencedora do certame apresentou o certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tem-

po de Serviço (FGTS) com data fora do prazo legal.

Mesmo com essas irregularidades, o Município de Humberto de Campos homologou o contrato com a Marf Locação e Urbanismo Ltda., reprovando a empresa Mega Empreendimentos Ltda., sob a justificativa que esta não teria apresentado o contrato social. Porém, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, que avaliou os documentos, identificou o contrato da construtora inabilitada.

**Obras** - Para o membro do MPMA, a construtora vencedora da licitação funciona apenas como fachada, desviando o dinheiro público. Carlos Augusto Soares inspecionou a obra e notificou os trabalhadores. Nos depoimentos, os pedreiros informaram que o material utilizado na construção é fornecido pelo encarregado de obras do município de Humberto de Campos e não há a presença de qualquer empresa na execução do serviço. Eles testemunharam que foram contratados por outro funcionário da Prefeitura. (Jo-helton Gomes / CCOM-MPMA)

## TJMA recebe imóvel do governo para sediar Casa da Criança

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do governo do Estado, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), a cessão de um imóvel de propriedade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) em São Luís, onde o Poder Judiciário deverá instalar projetos sociais na área da infância e juventude.

No imóvel, situado na Rua Inácio Xavier de Carvalho, no bairro do São Francisco, vão funcionar as atividades desenvolvidas pela “Fundação da Cidadania e Justiça” e “Casa da Criança”, instituições sociais vinculadas à Vara da Infância e Juventude, que desenvolvem políticas públicas em benefício de crianças e adolescentes sob custódia da Justiça estadual.

**TERMO** – Assinaram um termo de cessão de uso do imóvel a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a secretária da Sedihc, Luíza Oliveira; a presidente da Funac, Anilde Serra, tendo como testemunhas os juízes auxiliares da presidência do TJMA, Nilo Ribeiro e Ribamar Castro.

“Realizamos essa parceria, com o apoio e a sensibilidade do governo do Estado, e vamos buscar outros parceiros para garantir a reforma e adaptação do imóvel aos projetos”, informou a desembargadora.

As ações entre o TJMA e a Sedihc poderão ser estendidas, futuramente, com vistas à realização de oficinas profissionalizantes para os beneficiários des-

sa parceria.

“O Tribunal de Justiça nos apresentou um projeto de realização de oficinas profissionalizantes na área de reinserção socioeconômica de adolescentes vulneráveis e estamos atuando como colaboradores para que esse sonho da desembargadora Cleonice Freire aconteça”, disse a secretária estadual.

O Tribunal de Justiça também dará apoio à Sedihc no projeto de reestruturação do sistema de atendimento integral na área da infância e juventude, com o objetivo de reunir, em um só local, as instituições parceiras de Justiça e segurança que atuam conjuntamente na reinserção socioeconômica e valorização de crianças e adolescentes.

## Casamento comunitário em Rosário reúne 90 casais

Uma cerimônia que acontece no próximo dia 1º de abril, a partir das 10h, no Ginásio Poliesportivo, reúne 90 casais em casamento comunitário promovido pela 2ª Vara da Comarca de Rosário.

Presidido pela juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim e atualmente respondendo por Rosário, o evento conta com a parceria da prefeitura do município e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Entre os nubentes, José Aquino dos Reis (78) e Joana Baltazar dos Santos (75), o casal mais velho, e Antonio Carlos Pereira Mendes e Aline Priscila Silva Botentuit, ambos com 19 anos, o casal mais jovem.

## Comarca sem internet

Sem acesso à internet e sem telefone desde a noite da última terça-feira (25), a Comarca de Olinda Nova do Maranhão encontra-se com o atendimento prejudicado. A informação foi passada à Corregedoria Geral da Justiça via iPhone pela titular da comarca, juíza Anelise Nogueira Reginato.

De acordo com a magistrada, em função dos problemas a consulta de processos está sendo feita manualmente. A juíza informa ainda que a operadora Oi informou que a previsão para o restabelecimento dos serviços é de 48 horas.

## Atendimento prejudicado

Sem acesso à internet e sem telefone desde a noite da última terça-feira (25), a Comarca de Olinda Nova do Maranhão está com o atendimento prejudicado, segundo informou à Corregedoria Geral da Justiça a titular da comarca, juíza Anelise Nogueira Reginato.

De acordo com a magistrada, em função dos problemas a consulta de processos está sendo feita manualmente. A juíza disse, ainda, que a operadora OI informou que a previsão para o restabelecimento dos serviços seria de 48 horas.

# ATÉ REPRESENTANTE DA PETROBRAS ESTÁ ENVOLVIDO EM CARTEL, DIZ MP



UM REPRESENTANTE da Petrobras  
está sendo investigado por 'cartelização'

*Sindicato dos Revendedores nega 'cartelização' em  
São Luís; aumento e unificação no preço da gasolina  
são alvos de reclamações*

O aumento e a unificação no preço de combustíveis em postos de combustíveis de São Luís têm sido alvos de constantes reclamações. Na quarta-feira (26), o Ministério Público Estadual (MPE), por meio da promotora

Lítia Teresa Costa Cavalcante, da 2ª Promotoria do Consumidor de São Luís, afirmou que a "cartelização" (combinação de preços) já está sendo investigada, com a ajuda da análise de "grampos" (escutas telefô-

nica), feitos com autorização da Justiça em 2011. Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Maranhão (Sindcomb-MA), Orlando Santos, disse desconhecer a "cartelização". **PÁGINA 1 [C2]**

**CARTELIZAÇÃO DE POSTOS DE GASOLINA**

# Até representante da Petrobras está envolvido em cartel, diz MP

Sindicato dos Revendedores nega 'cartelização' em São Luís; aumento e unificação no preço da gasolina são alvos de reclamações

**O** aumento e a unificação no preço de combustíveis em postos de combustíveis de São Luís têm sido alvos de constantes reclamações. Na quarta-feira (26), o Ministério Público Estadual (MPE), por meio da promotora Lítia Teresa Costa Cavalcante, da 2ª Promotoria do Consumidor de São Luís, afirmou que a "cartelização" (combinação de preços) já está sendo investigada, com a ajuda da análise de "grampos" (escutas telefônicas), feitos com autorização da Justiça em 2011. Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Maranhão (Sindcomb-MA), Orlando Santos, disse desconhecer a "cartelização".

A promotora Lítia Cavalcante afirmou que uma denúncia já foi feita a vários órgãos, em todo o Brasil, inclusive ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

"Esses órgãos têm poder para enfrentar, combater a 'cartelização' do mercado. O primeiro processo já se esgotou na esfera criminal, mas não na cível-administrativa. Nós estamos utilizando isso para remeter para esses órgãos. Iniciamos um novo processo, e, em relação ao antigo processo, estamos entrando com uma ação civil pública".

A investigação do MP confirma que existe "cartelização" na capital, e que o preço não é mais combinado tão-somente por avenidas e bairros. Hoje, o cartel está em toda a cidade.

"O que existia antes era uma combinação de preço por bairro. Agora, eles criaram mais força, e sem nenhum pudor colocaram o mesmo preço na cidade inteira", disse Lítia Cavalcante.

A promotora denunciou, ainda, que a "cartelização" na capital maranhense conta com a participação do representante de uma distribuidora de combustíveis.

"Existe comprovadamente a participação de um representante da Petrobras, o que é gravíssimo. A coisa não vem só dos empresários. Vem também das distribuidoras".

O presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Maranhão, Orlando Santos, disse que culpa do aumento no combustível "é da carga tributária". Para ele, não existe cartel.

Na gasolina comum, por exemplo, segundo ele, "o revendedor paga cerca de 83% só de impostos ao governo federal, estadual, refinaria e distribuidores".

Orlando Santos afirmou que o comércio de combustíveis é livre no Brasil.

"Cada um faz a sua negociação, de acordo com o investimento feito na distribuidora e com sua estrutura física. É impossível, mesmo que a gente quisesse, fazer alguma coisa, tratar desse assunto internamente. O consumidor é o maior fiscalizador".

**PETROBRAS** - Sobre as declarações da promotora Lítia Cavalcante, a Petrobras informou que tem conhecimento de uma denúncia sobre o suposto envolvimento de um empregado.

A empresa já apresentou defesa, e o processo está em curso. Ainda não houve decisão judicial.

*(Redação do JP e G1 Maranhão)*



Um representante da Petrobras está sendo investigado por 'cartelização'



Lítia Cavalcante (MP) e Orlando Santos (Sindcomb-MA): 'guerra' foi parar na ANP

## Grupo de Militares e Bombeiros ocupa estacionamento da Câmara

PÁGINA 5 [C1]

# Grupo de militares e bombeiros ocupa estacionamento da Câmara



POLICIAIS MILITARES e bombeiros concentrados na Câmara de Vereadores

Cerca de cem policiais militares e bombeiros ocuparam, na noite de quarta-feira (26), o estacionamento da Câmara Municipal de São Luís, no Centro Histórico da cidade, como forma de pressionar o governo do Estado a negociar alegadas melhorias nas condições de trabalho, revisão da carga horária, reajuste salarial, Plano de Cargos e Carreira (PCC), anistia para as lideranças, dentre outras reivindicações. Na avaliação do Comando Geral da Polícia Militar, o movimento representa 1% da categoria.

Segundo o soldado Alexandre Leite, presidente da Associação de Policiais Militares do Maranhão, de Timon, os pontos do acordo firmado durante a mobilização dos militares em 2011 foram descumpridos. "Nós acordamos que seriam exercidas 40 horas semanais de trabalho, mas hoje o policial sabe a hora que entra no serviço, mas não sabe quando vai chegar em casa; pedimos 18% de reajuste, uma vez que estamos há quase quatro anos sem aumento salarial, mas fomos deixados de fora do plano de governo. A nomeação desses 1.800 militares é muito pouco e não supre a ne-

cessidade que temos com o menor efetivo do país", afirmou.

De acordo com Alexandre Leite, o governo anunciou aprovação da lei na qual o policial leva para a reserva a mesma remuneração da última patente, mesmo que não tenha exercido por cinco anos no último posto; antecipação da tabela de subsídios, constante no PCC, de 2015 para 2014; e reajuste de gratificações por exercício de função. Ele relatou que apenas o primeiro ponto foi aprovado pelos militares, uma vez que já se tratava de um direito adquirido e revogado anteriormente, e que agora teria sido devolvido à categoria.

O presidente da Associação dos Militares do Corpo de Bombeiros do Maranhão, sargento Jean Marry Serejo Santana, afirmou que a pauta de reivindicações é a mesma; porém, a dos bombeiros contempla ainda a aprovação da Lei de Organização Básica (LOB) da categoria. "A aprovação da LOB melhoraria e muito o nosso trabalho dentro da Corporação, pois reorganizaria toda a parte funcional e legalizaria os cinco grupamentos que temos no interior do estado e que foram criados de maneira informal, compro-

metendo não só o orçamento, pois não há previsões para estes destacamentos, como os bombeiros que acabam por se sacrificar em rotinas pesadas de trabalho", ressaltou.

**VALORIZAÇÃO DOS POLICIAIS** – Em nota, a Secretaria de Estado da Comunicação reafirmou que o Governo do Maranhão "tem valorizado os policiais e que sempre esteve aberto ao diálogo. Como demonstração da política de valorização dos PMs e da continuidade nas ações de investimento na Segurança Pública do Maranhão, o governo se reuniu nesta quarta-feira (26) com os comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com coronéis das corporações e efetivou mais 1.800 policiais militares – a maior incorporação já realizada na PMMA".

De acordo com a nota, "o governo do Estado garantiu ainda um pacote de benefícios para os policiais. Entre as medidas, a aprovação de lei que garante ao policial levar para a reserva a mesma remuneração da última patente, mesmo que não fique por cinco anos em exercício no último posto".

"O governo também antecipou em quase um ano – de 2015

para novembro de 2014 – a tabela de subsídios constante do Plano de Cargos e Carreiras. Além disso, há ainda o reajuste, em percentuais diversos, de gratificações por exercício de função, cujos novos valores já serão pagos a partir do mês que vem.

O governo do Estado entende que o movimento anunciado por um pequeno grupo de policiais militares, na noite desta quarta-feira (26), não se justifica, pois considera que tem cumprido rigorosamente, dentro da legalidade, com todos os itens do acordo firmado com a categoria", concluiu a nota da Secom.

**ASTRO RECEBE LIDERANÇAS** – Durante a manhã, o presidente em exercício da Câmara, Astro de Ogum, recebeu as lideranças do movimento em seu gabinete, garantindo buscar uma intermediação junto ao Governo do Estado, com relação às reivindicações da categoria.

**VEREADORA PEDE ANISTIA** – Já na sessão, a vereadora Rose Sales apresentou Indicação, aprovada pelo plenário, para que a governadora Roseana Sarney autorize a anistia do cabo Campos e do soldado Leite, líderes do movimento. *(Com Jully Camilo)*

## Comando da PM explica todos os pontos da pauta de reivindicações

Ao ocupar o estacionamento da Câmara Municipal de São Luís, na noite de quarta-feira, um grupo de policiais militares e bombeiros apresentou uma pauta com reivindicações à governadora Roseana Sarney. Em nota (veja na matéria principal desta página), a Secretaria de Estado de Comunicação explicou os benefícios anunciados pela governadora para toda a classe militar. Por sua vez, o Jornal Pequeno procurou setores ligados ao comando da Polícia Militar do Maranhão, que analisaram, ponto a ponto, a pauta de reivindicação do movimento.

### 1 - IMPLANTAÇÃO DE PERCENTUAL DE 18% NO SUBSÍDIO RELATIVOS ÀS PERDAS SALARIAIS

Resposta do Comando – Já foi implantado 7% em março, único percentual que estava previsto para 2014. O comando da PMMA conseguiu que fosse implantado mais 5,6% em novembro, totalizando 13%, mesmo sem ter previsão orçamentária para 2014, pois estava previsto para Mar/2015. Com isso tiramos o engessamento da negociação para 2015 e ficamos à vontade para negociar um outro percentual ano que vem.

### 2 - IMPLANTAÇÃO DOS ÍNDICES NOS TERMOS DA LEI DE REMUNERAÇÃO (ESCALONAMENTO VERTICAL)

- É objeto de estudo por parte do Governo do Estado, conforme solicitação feita pelo Comando da PMMA através do Ofício nº 292/2014-GCG, de 12/03/2014.

### 3 - IMPLANTAÇÃO DA URV CONCEDIDAS A OUTRAS CATEGORIAS EM 2006

- Estamos aguardando a manifestação do Poder Judiciário.

### 4 - MUDANÇAS DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÕES E IMPLANTAÇÃO DA JORNADA DE 40 HORAS SEMANAS

- Já há uma comissão designada pelo Comandante Geral da PMMA para propor mudanças no Plano de Cargos e Carreiras das Praças. A implantação da Jornada de 40h semanais já é objeto de estudo por parte do Governo do Estado, conforme solicitação feita pelo Comando da PMMA através do Ofício nº 292/2014-GCG, de 12/03/2014.

### 5 - ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ART. 22, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73/2004

- Já foi concedido pelo Governo do Estado, conforme Projeto de Lei Complementar enviado à Assembleia Legislativa. Com essa medida, corrige-se uma injustiça que duram 10 anos.

Com a norma em vigor, policiais militares que já completaram 30 anos de contribuição não podem se aposentar se tiverem sido promovidos há menos de 5 anos. Caso optem em se aposentar ele é obrigado a ficar recebendo uma aposentadoria referente ao posto ou graduação que tinha antes de ser promovido.

Com a alteração que o Comando da PMMA conseguiu junto ao Governo do Estado o policial militar poderá se aposentar e receber a aposentadoria referente ao posto ou graduação em que se encontra atualmente.

Esta medida não só corrige um erro como abre vagas para promoção, permite uma ascensão na carreira profissional e, por consequência, garante um aumento de salário.

### 6 - CRIAÇÃO DA PROMOÇÃO A PEDIDO PARA OFICIAIS E PRAÇAS DA PM/BM

- O Projeto de Lei prevendo essa promoção já foi encaminhado para o Governo do Estado. O seu andamento depende da alteração do art. 22 da LC 73/2004.

Com a proposta o Tenente-Coronel QOPM, o 1º Tenente QOAPM e o Subtenente que tiverem 30 anos de contribuição poderá requerer a promoção e, em consequência, será transferido de imediato para a inatividade. Esta medida abrirá vagas para promoção, permitirá uma ascensão na carreira profissional e, por consequência, garantirá um aumento de salário.

### 7 - CRIAÇÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

- A implantação do Adicional de Qualificação já é objeto de estudo por parte do Governo do Estado, conforme solicitação feita pelo Comando da PMMA através do Ofício nº 292/2014-GCG, de 12/03/2014. Ela gratificará policiais militares que tiverem curso de pós-graduação lato sensu.

### 8 - REAJUSTE DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA TEMPORÁRIA PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO

- Mesmo não estando na pauta das Associações e mesmo não estando previsto no Orçamento de 2014, o Comando da PMMA conseguiu com o Governo do Estado o reajuste. Como exemplo, podemos citar os Soldados, Cabos e Sargentos, a base do efetivo da nossa Instituição (78%), receberão 53% de aumento.

## Corregedores

De 02 a 04 de abril, São Luís sediará a 65ª edição do Encontro de Corregedores de Justiça do Brasil, a ser realizado no Hotel Luzeiros. Para a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça do Maranhão e presidente do Colégio de Corregedores, o encontro tem como objetivo discutir questões de interesse da Justiça e reforçar uma nova era que está sendo inaugurada no Judiciário brasileiro: com foco na valorização do juiz e na melhoria da estrutura da Justiça de 1º grau.



- A Ronierd Barros Consultoria Imobiliária, em parceria com a Algas Engenharia, anuncia um novo empreendimento na capital, que promete ter um grande diferencial no mercado imobiliário. A empresa antecipa apenas que o empreendimento será no bairro do Turu. Fundada na década de 70, genuinamente maranhense, a Algas Engenharia é uma das mais conceituadas construtoras do Maranhão, trazendo no portfólio construções de supermercados, edifícios, residências, além do Ginásio Poliesportivo Castelinho e o Fórum Desembargador Sarney Costa.

## ▼ DESCE

O prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, foi afastado pela justiça pelo prazo de 90 dias, por causa de irregularidades no contrato realizado entre Prefeitura Municipal e a empresa Marf Locações e Urbanismo, para a construção de duas praças.

## HUMBERTO DE CAMPOS

# Justiça afasta prefeito pelo prazo de 3 meses

O juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares, titular de Humberto de Campos (a 138 quilômetros de São Luís), deferiu decisão cautelar na qual determina o afastamento imediato do prefeito Raimundo Nonato dos Santos, o "Deco" (PMN), pelo prazo de 90 dias. De acordo com a decisão, o afastamento deu-se por causa de irregularidades no contrato realizado entre Prefeitura Municipal e a empresa Marf Locações e Urbanismo, para a construção de duas praças. Os recursos para a construção das praças são oriundos do governo do Estado e da própria prefeitura.

De acordo com o pedido feito pelo Ministério Público, o processo licitatório para a escolha da empresa está cheio de ilegalidades. "Apenas uma consulta simples já dar pra notar o prejuízo ao dinheiro público. Em outro momento, analisando o procedimento administrativo, que mais tarde virou inquérito, dá pra perce-



**RAIMUNDO NONATO, o 'Deco', afastado por 90 dias**

ber a previsão de gastos inexistentes no custo da obra", relata o documento.

"Não bastasse isso, a empresa em questão encontra-se cercada em um escândalo que, no mínimo, recomenda-se cautela das instâncias de controle e fiscalização, bem como do Judiciário, como forma de proteger o interesse público contra dano irremediável à sua integridade", ressalta o pedido do MP. Ainda de acordo com o MP, "a contratação da citada empresa foi fruto de uma fraude grosseira e acintosa ao processo de licitação, sendo completamente indevida", solicitando a imediata suspensão das obras.

Ao deferir o pedido feito pelo Ministério Público, o magistrado determinou a imediata suspensão da construção das duas praças municipais (Praça Humberto de Campos e Praça do Bairro Base), bem como quaisquer pagamentos referentes a essas obras até o

final da futura ação civil, que deverá ser proposta no prazo legal.

As instituições bancárias serão oficiadas no sentido de proibir qualquer transação financeira por parte de Raimundo Nonato dos Santos, relacionadas às contas públicas.

O prefeito está proibido, pelo mesmo prazo de 90 dias, de entrar ou permanecer em seu local de expediente, bem como convocar funcionários públicos a qualquer pretexto.

O presidente da Câmara Municipal, quando notificado da decisão, deverá empossar o vice-prefeito no cargo de prefeito de Humberto de Campos. Em caso de descumprimento de algum item da referida decisão, será imposta uma multa de R\$ 3 mil ao Município, R\$ 2 mil à empresa contratada, e R\$ 1 mil às instituições financeiras citadas, sem prejuízo da responsabilidade penal por crime de desobediência. (Ascom / TJMA)

# TJMA decide que Executivo não pode interferir em orçamento do Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu, em definitivo, na quarta-feira (26), mandado de segurança em favor da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), para reconhecer que a competência para alterar proposta de orçamento do Judiciário estadual é do Poder Legislativo.

A decisão unânime, tomada em sessão do Órgão Especial do TJMA, confirmou liminar anteriormente concedida pelo desembargador Bayma Araújo, determinando que a governadora Roseana Sarney encaminhasse mensagem à Assembleia Legislativa com a proposta orçamentária original (valores integrais) do Poder Judiciário, exercício financeiro de 2014.

A AMMA ajuizou o mandado de segurança pelo fato de, inicialmente, a governadora ter enviado ao Legislativo o projeto de lei orçamentária com valores inferiores aos apresentados pelo Judiciário. Sustentou que, encaminhada ao Executivo, a proposta foi alterada, reduzindo-se os valores indispensáveis para despesas de custeio.

Além disso, segundo a Associação, a governadora alterou a estimativa dos valores arrecadados pelo Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ), fazendo também remanejamento de suas despesas. A AMMA considerou o ato uma afronta à autonomia administrativa e financeira do Tribunal e que, ao Executivo, cabia apenas a remessa da proposta orçamentária ao Legislativo.

Ao conceder a liminar, o desembargador Bayma Araújo entendeu não ser permitido ao Poder Executivo reduzir valor

consubstanciado em proposta orçamentária dos demais poderes, mas sim ao Poder Legislativo, exceto em caso de não observância do Judiciário quanto aos limites estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias.

**MAIS DA METADE** – O relator verificou que o projeto de lei apresentado pelo Executivo, reduzindo consideravelmente a proposta original para despesa de custeio, de R\$ 107 milhões para pouco mais de R\$ 32 milhões, foi além do permitido, com corte em mais da metade do valor previsto no teto orçamentário, de R\$ 73.852.419,00, assegurado por lei, de observância irrestrita pelo Executivo.

Antes do julgamento do mérito, nesta quarta, o relator rejeitou duas preliminares levantadas pelo Estado, alegando ilegitimidade ativa da AMMA e incompetência do TJMA para julgar o feito. Bayma Araújo considerou a Associação parte legítima, como instituição que pleiteou o zelo ao Poder Judiciário,

evitando ofensa à Constituição, de intromissão do Poder Executivo em retirar, modificar, alterar proposta orçamentária do Judiciário, de competência do Legislativo.

O relator entendeu, ainda, que não há interesse individual de magistrado na causa e que o Tribunal tem competência para julgar. Quanto a essa preliminar, divergiu o desembargador Paulo Velten, para quem a matéria deveria ser tratada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

**MÉRITO** – Superadas as preliminares, todos acompanharam o voto do relator no mérito, confirmando a liminar. Bayma Araújo lembrou que, anteriormente, a liminar fora cumprida, com envio do projeto original na íntegra para a Assembleia e que, embora o Legislativo já tenha apreciado a matéria, mantendo os cortes, o mandado de segurança, em sua decisão final, serviu para reconhecer que o Poder Executivo não pode interferir em proposta orçamentária do Judiciário.



**BAYMA ARAÚJO afirmou que Poder Executivo não pode reduzir orçamento dos demais poderes**



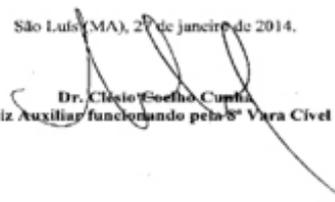
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.  
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau  
Cep: 65076-820 - São Luís - Ma  
Fone: 3194-6493  
Internet: www.tjma.jus.br

**EDITAL DE CITAÇÃO  
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O SR. CLÉSIO COELHO CUNHA, JUIZ AUXILIAR FUNCIONANDO PELA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, *et coetera* .....

**F A Z S A B E R** que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO** **LOKYMAQ MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 02.262.357/0001-73, na pessoa do seu representante legal Sr. **GEORGE WILLIAM FERNANDES COELHO**, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da **AÇÃO DE COBRANÇA** em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 49197-48.2012.8.10.0001, que lhe move **BIPMAR TELECOMUNICACOES LTDA**. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos 27 de janeiro de 2014. Eu, Marcelo José Martins Oliveira, \_\_\_\_\_, Secretário Judicial Substituto, mandei digitar e assinar, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 27 de janeiro de 2014.

  
Dr. Clésio Coelho Cunha  
Juiz Auxiliar funcionando pela 8ª Vara Cível

## CASO DOS MENINOS EMASCULADOS

# Chagas é condenado a mais 108 anos de reclusão

108 anos e 6 meses de reclusão. Esta foi a sentença aplicada ao mecânico de bicicletas Francisco das Chagas Brito pela morte de Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 11 anos; Eduardo Rocha da Silva, 10; e Edivam Pinto Lobato, 12. Os dois primeiros foram assassinados em um matagal na Vila Nova Jerusalém e o terceiro teve o corpo encontrado em uma construção nas proximidades da Vila São José, Município de Paço do Lumiar (MA). Essa é a 11ª condenação de Chagas e o somatório das penas chega a 385 anos e 6 meses de reclusão.

O julgamento aconteceu na quarta-feira (26), no salão do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), que fica localizado no Bairro Maiobão. Após longo dia de trabalhos, presididos pela juíza da 1ª Vara de Paço do Lu-

miar, Jaqueline Reis Caracas, os jurados acataram a tese do Ministério Público de que o réu teria cometido homicídio triplamente qualificado: motivo torpe, emprego de meio cruel e não possibilidade de defesa das vítimas. Chagas também foi condenado pelo crime vilipêndio (desrespeito) a cadáver, tendo pena de detenção de 6 anos e 9 meses no somatório dos três casos.

O Conselho rejeitou a tese da defesa que, em relação à vítima Edivam, pedia a absolvição do crime de atentado violento ao pudor. Quanto ao Eduardo Silva e ao Raimundo Nonato, a defesa alegou não ter havido a prática de atentado violento ao pudor, vilipêndio de cadáver e nem a ocultação de cadáver, pedindo também a exclusão da qualificadora de que os crimes teriam sido praticados por motivo torpe.

A promotora de Justiça Gabriela Brandão Tavernard atuou na acusação, sustentando a tese do homicídio triplamente qualificado e da prática dos demais crimes. A defesa foi feita pela defensora pública Gerusa de Castro Andrade.

A juíza Jaqueline Caracas avaliou como positivo os trabalhos realizados nesta quarta-feira e destacou o importante papel do Judiciário em dar respostas efetivas, aplicando a justiça de forma legítima na defesa do cidadão de bem e na manutenção da paz social e do Estado Democrático de Direito. "Apesar de um dia cansativo tivemos êxito na realização dos trabalhos e, apesar no incidente ocorrido pela manhã [em que o réu agrediu uma repórter e em seguida pediu dispensa] tudo transcorreu dentro da normalidade", disse a magistrada.